

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência parabeniza o nobre deputado Coronel Telhada por sua iniciativa e seu pedido. A votação desses profissionais, dos serviços essenciais, tem que ser facilitada. Conte com esta Presidência. Se Deus quiser, traremos mais justiça e faremos com que todos possam exercer o direito do voto, que é sagrado.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu conversava agora com o Coronel Camilo. Não é só a Polícia Militar. Creio que na Polícia Civil, e o Dr. Olim está aqui presente, não sei se acontece isso também, mas vejam o absurdo.

O preso vota dentro da cadeia. Já acho um absurdo preso votar, porque se ele está preso, ele está restrito nas suas liberdades, porque ele cometeu um crime. Mas o preso vota dentro da cadeia. Duvido que o funcionário, que está tomando conta do preso, vote. Duvido. Vão alegar que o funcionário não consegue registrar o voto naquela urna. Ou seja, o preso tem direito de voto no País, e nós, policiais, não. Nós, policiais, perdemos esse direito quando estamos de serviço.

O pessoal da Secretaria de Assistência Penitenciária, um médico que está trabalhando na UTI, o enfermeiro que não pode se afastar da enfermaria, como fica a situação deles? Vejam a hipocrisia do País: o preso vota, e o policial, não. Essa é a democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores, telespectadores da TV Assembleia, mais uma vez venho falar sobre o nosso ouvidor de Polícia, Dr. Júlio César Neves.

Saui hoje uma matéria no “Diário de S. Paulo”, que fala, lógico, do trabalho da Corregedoria, dos policiais que, infelizmente, não seguiram as regras e acabaram sendo presos e, provavelmente, uma boa parte expulsa da instituição.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

Mas fica aqui muito patente, de novo, a irresponsabilidade do ouvidor de Polícia. Por isso estamos pedindo a sua convocação, num primeiro momento um convite, para vir à Comissão de Segurança. Estamos pedindo que se mude a forma de escolha do ouvidor.

Nessa matéria, nosso ouvidor fala que em muitos dos procedimentos da Corregedoria da Polícia de São Paulo, são poucos os que chegam lá e os policiais são condenados.

Sr. Ouvidor, por que são poucos, os condenados? Porque, na maioria dos casos, provou-se que os policiais estavam certos. Porque a maioria dessas ocorrências que chegaram à Corregedoria, para que ela pudesse sanear as denúncias, não se sustentou, eram denúncias vazias. Isso significa que, em muitas das denúncias, a Corregedoria é extremamente justa e acaba não levando o policial à condenação. Isso não quer dizer, Sr. Ouvidor, que o trabalho da Corregedoria deveria ter mais resultados, como o senhor fala aqui. Na verdade, nós queríamos que a maioria das denúncias não chegasse a isso.

Mas para que o senhor não fique em branco, achando que a Corregedoria não trabalha, lembro que, quando comandeí a polícia de São Paulo, tínhamos em média 250 policiais expulsos ou demitidos por ano. Só este ano, na Corregedoria de São Paulo, 153 policiais que não seguiram as regras de atender bem o cidadão, de tratar bem o cidadão, estão sendo expulsos e demitidos da instituição.

Nós cortamos na própria carne, Sr. Ouvidor. A Corregedoria é o seu braço direito. Pare de criticar aquele que está ao seu lado. Ajude a Corregedoria a sanear a instituição, é um órgão extremamente importante. Os bons policiais, aqueles que trabalham de maneira certa, admiram o trabalho da Corregedoria.

Lá também há o trabalho de PM Vítimas, com 80% de resolução dos crimes praticados contra policiais, principalmente homicídios.

Sr. Ouvidor, conheça um pouco as coisas, antes de falar. Escute mais, respeite as leis da natureza. O senhor tem dois ouvidos. O nome do seu cargo é “ouvidor”, não é “falador”.

No subtítulo da matéria, o senhor ainda fala que a violência está institucionalizada na corporação. Sr. Ouvidor, neste próprio diário, na página seguinte, há uma manchete: “Um policial é morto a cada cinco dias em São Paulo”. Sr. Ouvidor, não é a Polícia Militar que é violenta, como o senhor está falando. É a nossa sociedade que está violenta, e sabe por quê? Porque temos leis paternalistas com o infrator da lei. O sentimento de impunidade reina. Todo infrator sabe que dificilmente será preso, que dificilmente ficará encarcerado. Temos saída temporária, progressão de pena indiscriminada, visita íntima, temos um monte de pessoas querendo trabalhar com ressocialização, antes de o preso, inclusive, chegar ao sistema penitenciário.

Então, Sr. Ouvidor, não é a Polícia Militar de São Paulo que está violenta. É a nossa sociedade que está agressiva, matando os policiais. Há outro número que não está aqui, Sr. Ouvidor, mas que é citado na reportagem e do qual eu gostaria que o senhor tomasse ciência: por ano, mais de 500 policiais são feridos em serviço ou fora de serviço. Aproximadamente 300 são feridos em serviço. Esse não aparece na manchete, só aparece aquele que morreu. E o que ficou paraplégico? E o que ficou tetraplégico?

Criamos, inclusive, uma associação chamada Associação dos Policiais Deficientes Físicos, para cuidar disso. Somos a única instituição que tem um centro de reabilitação para fazer fisioterapia com aqueles que tomaram tiro no braço, na perna, no abdômen. Somos uma instituição comprometida com o cidadão de São Paulo. Somos uma das únicas instituições deste País que têm um mausoléu para enterrar os seus heróis, mas o senhor nunca foi lá para ver um policial ser enterrado. Duvido que o senhor tenha ido ver um policial ferido no hospital.

Sr. Ouvidor, vamos respeitar a lei da natureza. Vamos ouvir mais. Por favor, não critique a sua corregedoria. Ela funciona, não é uma corregedoria que sobresta procedimentos. É uma corregedoria que faz acontecer e que expulsa aqueles que não devem ficar. Então, Sr. Ouvidor, antes de falar de sua corregedoria, entenda como ela funciona, entenda como a Polícia Militar funciona. Pare de ser o primeiro a criticar, pare de falar precipitadamente. Entenda, escute, analise, mande avaliar e só depois venha a público falar. Ai, sim, o senhor poderá falar o que quiser.

Por isso, insisto: temos que mudar a forma de escolha do ouvidor, para termos uma ouvidoria sadia. E reforço, Sr. Presidente: a Ouvidoria é um órgão essencial para as polícias. A Corregedoria é também essencial, fundamental para as polícias. Não sou contra a Ouvidoria, sou contra essa forma de escolha que tem colocado lá pessoas irresponsáveis, que estão atrás de 10 ou 15 minutos de fama e acabam prejudicando toda uma instituição. Quando ele fala dessa forma no jornal, ele coloca a população de São Paulo contra a Polícia, quando a Polícia é a sua maior defensora.

É isso que eu penso. Por isso vou insistir: devemos mudar a forma de escolha do ouvidor de Polícia de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Obrigado, deputado Coronel Camilo. Conte comigo no seu pleito.

Eu descobri por que o ouvidor fala mal da corregedoria: é porque, infelizmente, a produção dele é quase nenhuma e a corregedoria, ao contrário, tem trabalhado a todo vapor.

Quero aproveitar a oportunidade e mandar um abraço para o Coronel Félix, corregedor da Polícia Militar, que tem trabalhado forte nos problemas que, infelizmente, assolam a corporação, e o ouvidor sente-se desprestigiado porque ele vê a corregedoria trabalhando e ele não produz nada, ele tem que falar mal da corregedoria mesmo. Vossa Excelência está certo, precisamos trocar de ouvidor.

Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André do Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato, pelo tempo regimental.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Coronel Telhada, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, funcionários desta Casa, no dia de hoje quero dar continuidade daquilo que falei ontem desta tribuna. Fero das minhas preocupações para com a cidade de São Paulo, do nosso Estado e, por que não dizer, do nosso País.

Dizia eu ontem do grande problema que a população da Grande São Paulo e São Paulo, capital, convivem diuturnamente com esse trânsito caótico, esse congestionamento enorme.

Por esse motivo, fiz minha proposta de que nós púdessemos utilizar pelo menos uma pista de rolagem que está sendo ocupada pela ciclovia. Que ao menos se fizesse um rodízio para que essas ciclovias, que não são utilizadas de segunda a sexta-feira, fossem utilizadas pelos automóveis, deixando-as só para ciclistas nos finais de semana e feriados. Dessa forma, faríamos com que a população, que vive nessa congestão, utilizasse essas pistas que, às vezes, ficam horas a fio sem ter um ciclista por elas trafegando.

Acredito que seja importante fazermos esse rodízio da ciclovia para, dessa forma, ajudarmos a minorar o sofrimento da população com o trânsito.

Outro problema que eu vejo, e todos veem, são os cruzamentos das ruas de São Paulo aonde nós presenciamos adolescentes, jovens e até crianças esmolando - crianças essas que às vezes nem ao menos alcançam na altura do retrovisor de um carro - causando constrangimento a todos nós.

Essas crianças que têm a tutela de pais e mães de rua, não são pais e mães biológicos, que os colocam para esmolar nos semáforos, dando-lhes em troca droga e assim os encaminham para o caminho do mal.

Por isso que temos que salvar os nossos jovens retirando-os das ruas e encaminhá-los para um caminho melhor. Não dá mais para aceitarmos esse tipo de coisa que presenciamos a todo instante.

Foi por esse motivo que eu fiz a lei do cruzamento. Foi por isso que, como vereador, eu proibi qualquer atividade nos semáforos. Mas, infelizmente, vejo até autoridades competentes que por esses locais transitam, vendo esse tipo de coisa.

Nós vemos crianças, adolescentes e jovens nos cruzamentos existentes nas ruas Padre Adelino, Salim Farah Maluf, Vergueiro e na Tancredo Neves, por exemplo, e nossas autoridades competentes sabendo que existe essa lei - não importando se é em nível federal, estadual ou municipal, lei é lei - teriam que tomar as devidas providências. Nós fizemos a lei que está vigente, só que não se cumpre.

Precisamos minorar esse sofrimento da população. Não dá para aceitarmos jovens assaltando na Vila Mariana, no Paraíso, na Av. Paulista a todo instante, jovens que sofrem, que são as maiores vítimas dessa violência que mata, que fere, que sobrecarrega os hospitais, os prontos-socorros, o recurso do SUS e faz com que nós não tenhamos atendimento médico-hospitalar decente.

Vou falar de um projeto que fiz, de uma lei que está vigente, da qual me orgulho de ter aprovado na Câmara Municipal de São Paulo como vereador, não só a lei dos cruzamentos, mas a lei fecha bar, chamada de lei do silêncio, chamada de lei que controla a bebida alcoólica, tão nefasta e que provoca tanta violência, tantas acidentes, tanta desagregação familiar, tantas brigas, tantas mortes, tanta sobrecarga aos hospitais.

Vimos as Santas Casas com dificuldade, hospitais de todas as cidades com muita dificuldade, filas e filas de pacientes que não são atendidos adequadamente, de forma humana, de forma justa, da forma que devem ser atendidos. A violência consome recursos do SUS, a violência consome leitos hospitalares importantes, leitos cirúrgicos, leitos de UTIs, leitos de emergência. A violência sendo combatida, essa prevenção daria a todos nós qualidade de vida. Enquanto nós tivermos essa violência tão grande, certamente nós não teremos os prontos-socorros, os hospitais para receber pacientes que necessitam de atendimento médico-hospitalar. Essa violência mata, fere e provoca tanta infelicidade.

Uma coisa que sempre me preocupa e me preocupou são os adolescentes. Nós temos que salvar esses adolescentes que estão em pontos vulneráveis, estratégicos, pontos até de exploração de trabalho sexual infantil. Nós não podemos, de forma alguma, estar de braços cruzados.

Um juiz, um poder diferente do nosso - o nosso Poder Legislativo é para fazer leis, e nós fazemos -, o Poder Judiciário em Fernandópolis, em Andradina, em Pereira Barreto, na Barranca do Rio, na divisa com Mato Grosso, naquela região, decretou uma lei, o toque de acolher de crianças e adolescentes que ficam nas ruas, em pontos vulneráveis que eu citei, nos botecos da vida, usando drogas e sendo explorados, como eu disse anteriormente. Foi o meritíssimo juiz Evandro Pelarin, hoje desembargador em Rio Preto. O Poder Judiciário atuou naquilo que nós, do Poder Legislativo, temos obrigação de fazer. Espero que os nobres colegas desta Casa me ajudem a aprovar essa lei, o toque de acolher desses adolescentes, dessas crianças das ruas, de pontos vulneráveis, o toque de salvar esses adolescentes que aí estão, oferecendo esporte, oferecendo pista de skate, oferecendo campo de futebol, quadra esportiva, tirando-os do mundo das drogas.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 59 minutos.

23 DE SETEMBRO DE 2016

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Informa que esteve hoje em palestra do secretário do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a quem parabeniza pelo trabalho desenvolvido na pasta. Solicita ao governo estadual a abertura de concurso público para contratação de médicos, bem como a chamada de médicos veterinários e dentistas já aprovados em certame, para o ingresso na Polícia Militar. Pleiteia ao Governo do Estado reajuste salarial para os servidores públicos estaduais que, adiciona, estão há três anos sem correção do salário.

3 - CARLOS GIANNAZI

Repudia medida provisória do governo federal referente à reforma do ensino médio, por considerar que, entre outras coisas, não houve diálogo com entidades representativas sobre o assunto. Afirma que a ação deve extinguir da grade curricular disciplinas que estimulam o senso crítico dos alunos. Acrescenta que, a seu ver, o projeto deve precarizar as contratações de professores, por suspender a exigência de aprovação em concurso público e de curso de licenciatura com habilitação específica para o ingresso no cargo. Pondera que a proposta de implantação de ensino em tempo integral deve prejudicar alunos que trabalham e, por isso, estudam à noite. Considera que a medida anunciada não valoriza os profissionais da Educação. Invoca a população a pressionar a Câmara dos Deputados e o Senado, a fim de que rejeitem a proposta.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Manifesta-se esperançoso de que a reforma do ensino médio proposta pelo governo Temer seja benéfica para a Educação brasileira. Faz reflexão sobre as possíveis causas da criminalidade. Discorre sobre a necessidade de maiores investimentos em Educação, esporte, cultura e lazer como forma de combater o problema. Lembra e destaca a importância de leis de sua autoria relacionadas à Segurança pública.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e parabeniza a cidade de Serra Negra pelo seu aniversário.

7 - CARLOS GIANNAZI

Retoma suas críticas à medida provisória da reforma do ensino médio proposta por Michel Temer. Considera a proposta antidemocrática para a Educação brasileira e acrescenta que ela altera sem debates a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Avalia que a medida deve penalizar alunos que estudam no período noturno ao propor a ampliação da educação em tempo integral. Critica a retirada de disciplinas como artes e educação física do currículo escolar do ensino médio. Invoca mobilização pública contra a mudança. Adiciona que a medida provisória direciona o ensino médio para a formação tecnicista e funcionalista. Faz reflexão sobre os motivos da crise na educação brasileira. Denuncia que o governo estadual desperpeita a data-base salarial. Afirma que inúmeros aprovados em concurso público do Estado não foram chamados para ocupação dos cargos. Lembra decretos do Governo que impedem a contratação de funcionários e proíbem o reajuste salarial dos servidores estaduais. Anuncia medidas, de sua autoria, que tencionam a revogação de tais determinações.

8 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

9 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 26/9, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene hoje, às 20h, para “Prestar homenagem ao Dr. David Uip, secretário de saúde do estado de São Paulo, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo”; e de sessão solene no dia 26/9, às 10h, com a finalidade de “Homenagear as entidades representativas da PM”. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE – JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – CORONEL TELHADA – PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, assessores, telespectadores da TV Assembleia, policiais militares, hoje estivemos no Secovi, Sindicato da Habitação, com o presidente Flavio Amary. Foi um almoço-palestra do secretário do Meio Ambiente, Dr. Ricardo Salles, a quem quero mandar um abraço e parabenizá-lo pelo trabalho que vem fazendo à frente da Secretaria do Meio Ambiente. Em poucos meses, ele tem trabalhado forte e diuturnamente para agilizar a parte ambiental do estado de São Paulo. A nossa Polícia Militar trabalha ativamente, com participação no Meio Ambiente através dos Batalhões Ambientais do Comando de Policiamento Ambiental, comandado hoje pelo coronel Rogério Xavier. Um abraço a todos, em especial ao nosso secretário. Colocamo-nos sempre à disposição na Assembleia Legislativa. A nossa luta de Segurança acaba atingindo todas as áreas, como a do Meio Ambiente que precisa ser preservado e cuidado para que tenhamos uma vida mais saudável e feliz no planeta Terra.

Quero mais uma vez, publicamente, dizer que estamos com um problema sério na Polícia Militar. Solicitaria que o meu discurso fosse encaminhado ao Sr. Governador do Estado. Meus uma vez, o nosso pedido: nós estamos com um claro muito grande de médicos na Polícia Militar. Faltam 80 médicos de um total de aproximadamente 140 ou 150 efetivos de médicos. Ou seja, mais de 50% de claros dos médicos da Polícia Militar.

É uma coisa urgente porque a saúde não tem preço. E nós, que somos policiais, lidamos diretamente com o problema da Segurança pública e, vira e mexe, somos acometidos de acidentes, disparos de arma de fogo, quedas e problemas de saúde relacionados ao policiamento externo. Os policiais ficam expostos à chuva, ao mau tempo ou ao bom tempo.

A parte da Saúde do policial é uma coisa muito importante, e precisamos urgentemente que seja aberto novo concurso para oficiais médicos da Polícia Militar, lembrando o Sr. Governador também da contratação urgente de veterinários, inclusive de dentistas que já fizeram concurso e estão só aguardando a chamada. É urgente a necessidade de dentistas para todo o efetivo da Polícia Militar, e também de veterinários. Temos um grande número de animais - cavalos e cachorros - na Polícia Militar, não só através do canil em São Paulo, da Cavalaria, mas também regionais em todo o estado de São Paulo. Precisamos desses profissionais de Saúde para que cuidem dos cavalos e dos cachorros porque, se tivermos de contratar externamente, acaba gastando mais dinheiro ainda.

Solicito então publicamente, mais uma vez ao Sr. Governador do Estado, para que abra concurso para a contratação de novos médicos - 80 vagas para a Polícia Militar, chame os dentistas que foram aprovados e os oficiais veterinários aprovados. Eles estão somente aguardando designação para assumirem seus postos.

Quero também mandar um abraço ao secretário de Segurança Pública, Dr. Mágino, com quem estive junto nessa semana. Ele está trabalhando forte na Segurança, tem brigado muito pela Polícia Militar, e nós também não deixamos nunca de cobrar o reajuste salarial para todo o funcionalismo. Três anos praticamente sem nenhum reajuste, e a data-base nem pensar. É uma coisa que só existe no papel.

Aliás, temos de mudar isso no Brasil. Nós precisamos cumprir as leis porque, senão, não precisaríamos de leis. As leis existem e não são cumpridas, e a data-base que era em março não foi cumprida - nunca é cumprida -; está há praticamente três anos sem qualquer reajuste. Estamos já na segunda quinzena do mês de setembro, quase a um passo do final do ano, e não se fala em reajuste. É como se não estivesse acontecendo nada, parece que está tudo bem.

É momento então de o Brasil retomar a sua pujança, a sua economia. O nosso “presidente” Temer está trabalhando forte, e estamos torcendo pelo “presidente” Temer. Porque a outra era presidenta, falaram que era certo. Não sei se estou certo, eu me engano, às vezes. Mas estamos aqui torcendo para que o nosso “presidente” tenha um governo profícuo e faça o Brasil retomar a sua pujança, retorne a seus eixos.

Em São Paulo, precisamos do apoio do Sr. Governador. Temos aqui várias notícias de problemas que têm acontecido, algumas notícias de manifestações, de greves, e não queremos que chegue a isso. Antes de chegar a esse ponto, é importante que o governador atenda os anseios de toda a classe do funcionalismo, venha à frente, faça a sua propositura, converse com todos os funcionários, e que façamos alguma coisa real. Não fiquemos somente na palavra, porque todos nós temos família para criar, contas para pagar, temos uma série de problemas. Todos nós temos necessidades, e os nossos funcionários públicos, em especial nossa Polícia Militar, inclui-se nesse problema e precisa, sim, urgentemente de um reajuste salarial, de um aumento salarial, no mínimo a inflação que há três anos assola nosso País, para que possamos ter um pouco de qualidade de vida e recuperar um pouco a autoestima do nosso funcionalismo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, gostaria de manifestar nosso total repúdio e nossa perplexidade com o anúncio feito, ontem, pelo presidente Michel Temer da reforma do Ensino Médio.

Ele anunciou a reforma através de uma medida provisória. Há muito tempo que existe um debate no Brasil sobre a reforma do Ensino Médio. Entendemos que há uma necessidade de reforma, mas não essa proposta por esse governo, cujo ministro não dialoga com os educadores. Ele não dialogou com as entidades representativas do Magistério, mas dialogou com o ator pornográfico Alexandre Frota. Esse é recebido com tapete vermelho no gabinete do ministro da Educação, Mendonça Filho.

A medida provisória apresentada nem foi publicada ainda em Diário Oficial. Não tivemos ainda acesso a ela, até porque está sendo mudada a todo momento. Ela foi retirada para um ajuste técnico, para um ajuste de Português, segundo o governo. Mas o fato é que os anúncios feitos, até agora, são estardecedores, porque a reforma atinge em cheio o ensino crítico da Educação brasileira, porque ele vai ao núcleo central das principais matérias que trabalham o senso crítico e a preparação dos alunos para o pleno exercício da cidadania, remetendo-nos às reformas feitas pelos militares, tanto em 68, como em 71, e depois em 82.

Essa medida provisória, primeiramente, tenta extinguir disciplinas importantes. No primeiro momento, foi colocado que as disciplinas como Educação Física e Artes seriam extintas. Aventou-se também a possibilidade da extinção de Filosofia e de Sociologia. O governo agora voltou atrás, parece-me, disse que vai encaminhar novamente ainda para publicação a medida provisória, porque foi extremamente criticado em todo o Brasil. Primeiramente porque essas duas disciplinas que, segundo o anúncio da Medida Provisória.

Seria extinta a Educação Física, que é uma matéria importante, tem a ver com a saúde dos nossos alunos, com a integração, dando uma grande contribuição para o processo de ensino e aprendizagem. Ela não pode ser extinta do currículo escolar, da grade curricular, e nem Artes, que faz parte do desenvolvimento cultural dos nossos alunos.

Mas esse presidente da República, Michel Temer, assim que assumiu, extinguiu o Ministério da Cultura, não tem nenhuma preocupação. Isso mostra claramente que, se existe uma coisa que esse governo não prioriza, é também a Cultura. Ele extinguiu a Cultura, mas houve uma grande reação da sociedade brasileira, e o presidente voltou atrás. E o Ministério continua a existir, o MinC, o Ministério da Cultura.

Esse projeto tem várias contradições. Ele tenta acabar com disciplinas importantes, como Educação Física, Artes, Filosofia, Sociologia. É um projeto que vai precarizar a contratação dos professores, porque não haverá mais a obrigatoriedade do concurso público de provas e títulos, como reza a Constituição Federal, para o ingresso no Magistério.

Haverá uma precarização das contratações, como já existe em São Paulo como, por exemplo, o professor categoria “O”, que foi uma categoria criada pelo Governo do Estado, pelo mesmo grupo do PSDB, que está hoje assessorando o ministro.

Quero ressaltar que a proposta apresentada, a Medida Provisória de reforma do Ensino Médio, já foi tentada. O governo tucano tentou implantar aqui, nos últimos anos, e não conseguiu, por conta da forte mobilização.